

Antonio Corrêa de Lacerda, economista, Doutor pelo IE/Unicamp e Professor Doutor do Programa de Estudos Pósgraduados em Economia Política da PUC-SP. É membro do Conselho Superior de Economia da FIESP e do Conselho Temático de Política Econômica da CNI

A incerteza é inerente à economia e todos que tomamos decisões que envolvem os aspectos que fogem ao nosso controle precisamos estar atentos aos novos sinais e novas tendências. As transformações em curso na política econômica apontam para um cenário futuro menos desfavorável para atividade produtiva e os investimentos. Várias ações foram, ou estão sendo, tomadas para um ambiente mais favorável ao valor agregado local. Vamos destacar algumas delas:



Antonio Corrêa de Lacerda

Juros: houve uma redução de cinco pontos na taxa básica Selic nos últimos doze meses, apontando para um juro real de cerca de 2% ao ano, considerando a expectativa de inflação para os próximos doze meses. Os juros para o financiamento do BNDES foram reduzidos e há ações em curso para diminuir o custo do financiamento privado aos consumidores e às empresas. Essa mudança tem grandes impactos positivos, a começar pela redução do custo de financiamento da dívida pública, mas não apenas. A redução do custo de oportunidade deve favorecer para que haja maior interesse por parte de grandes fundos investidores em diversificar seu portfólio e fazer inversões em projetos.

Taxa de câmbio: o real desvalorizou-se de R\$ 1,60 vigente em julho do ano passado, para um nível ao redor de R\$ 2,00. O Banco Central tem

envidado esforços para ações visando evitar a valorização do Real. Os juros mais baixos, as intervenções no mercado e o IOF desestimulam os ingressos de capitais voltados pra operações de arbitragem, mas os influxos de investimentos diretos estrangeiros e em portfólio já são suficientes para provocar a valorização da nossa moeda. Isso só não está ocorrendo porque o BC tem estado corretamente atento para evitá-la. Aqui se trata de uma mudança de direção importante, pois sinaliza um quadro mais favorável para a produção local, que ganha competitividade relativamente aos importados. Também a exportação de manufaturados é favorecida pelo mesmo motivo.

Elevação de alíquotas de importações: embora não seja desejável, o protecionismo reinante no quadro internacional nos obriga a tomarmos medidas preventivas. Nesse campo, todos os países ficam a dever. No mais das vezes adotam um discurso liberal, mas são protecionistas na prática. O fato é que, quem não se cuidar vai acabar pagando uma parcela maior da conta.

Redução do custo Brasil: aqui sim, temos ações para melhora da competitividade sistêmica, com impactos mais amplos. Desonerações tributárias e de encargos incidentes sobre a folha de salários são medidas favoráveis à competitividade dos produtos brasileiros. Nesse campo, outra medida bem vinda foi o anuncio da redução do custo da energia elétrica.

Concessões públicas: o governo anunciou que ampliará seu programa de concessões na área de infraestrutura, buscando atrair investimentos do setor privado. Trata-se de importante ação para viabilizar a eliminação de entraves importantes para o crescimento de longo prazo. É certo que todas as medidas citadas, embora na direção correta e que revelam importantes quebras de paradigmas, a inda são insuficientes para garantir

um ambiente isonômico relativamente ao praticado internacionalmente. No entanto, representam importantes mudanças de rota.

É preciso que as transformações em curso não sejam apenas transitórias, mas perenes, de forma a propiciar um cenário mais favorável à produção e aos investimentos. Ao contrário de alguns que vêem uma deterioração de qualidade da política econômica, os novos rumos apontam para justamente o contrário. O Brasil vem respondendo bem à desordem econômico-financeira que se estabeleceu depois das crises americana e europeia. As transformações domésticas em curso também refletem o cenário de exceção em voga na maior parte do mundo. E se não as fizéssemos estaríamos em uma situação muito pior!